

ABORDAGEM DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Congresso Online Brasileiro de Medicina, 1ª edição, de 22/03/2021 a 24/03/2021
ISBN dos Anais: 978-65-86861-87-7

FIORENTINO; Rafael Araujo ¹, SILVA; Francisco Jhonatan Almeida ², QUINTINO; Letícia Beatriz Freire ³, OLIVEIRA; Maria Eduarda de ⁴, ARAÚJO; Milena de Farias ⁵

RESUMO

Apesar da modernização do mundo hodierno, o preconceito ao meio LGBTQIA+ continua intrínseco a várias esferas, incluindo a Saúde Pública. O Ministério da Saúde, a partir da portaria nº 2.386 em 2011, criou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que tem como objetivo trazer diretrizes que garantam o reconhecimento das abordagens específicas para esse grupo tão segregado, bem como sua condição de vulnerabilidade frente a garantia de direitos a saúde. O Disk Denúncia, durante 5 anos, contabilizou mais de 12.000 denúncias por violência a população LGBTQIA+. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que a média de vida das pessoas transexuais no Brasil. Dessa forma, apesar da legalidade que garante a assistência à saúde a essa população, frente aos dados expostos, afirma-se que essa ainda não é uma realidade devido ao preconceito e discriminação que acomete diariamente esse grupo. Este trabalho tem como objetivo, a partir dos trabalhos selecionados, verificar a real assistência à saúde da população LGBTQIA+. Esta pesquisa foi elaborada por meio de uma revisão bibliográfica sistemática tendo como amostra os artigos obtidos pelas bases de dados PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MedLine). Nessa pesquisa, foram obtidos no total de 60 artigos que foram selecionados de com os critérios de data de publicação dentro dos últimos 10 anos, nível de evidência e estudos em seres humanos. Os estudos verificaram a existência de desigualdades e acesso iníquo desse grupo populacional aos serviços de saúde. A Organização das Nações Unidas, salienta o estigma e a discriminação como graves empecilhos para o acesso e o uso dos serviços de saúde pelo público LGBT. Visto que a ignorância em relação à identidade de gênero são frequentes na sociedade e nos serviços de saúde. A discriminação pode promover negação de provimento de cuidados, assistência precária e tratamento ofensivo ou arbitrário. O usuário LGBT pode sofrer discriminações e preconceito, traduzidos em barreiras ao acesso aos serviços de saúde, que influenciam na procura por atendimentos de serviços clandestinos, os quais, pela precariedade de forma generalizada, podem oferecer risco e, sobretudo, elevar os padrões de vulnerabilidade. Dados do Ministério da Saúde, mostra que homossexuais passam por experiências discriminatórias na sociedade e nos serviços de saúde. A atenção integral à população LGBT deve garantir respeito e prestação de serviços de saúde com qualidade, resolvendo suas

¹ Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes, rafael.araujo@soufits.com.br

² Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes, francisco.jhonatan@soufits.com.br

³ Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes, leticia.beatriz@soufits.com.br

⁴ Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes, maria.oliveira@soufits.com.br

⁵ Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes, milena.farias@soufits.com.br

demandas e necessidades específicas. Portanto, ainda que os serviços de saúde no Brasil para esse público sejam permeados por situações de estigma e discriminação que prejudicam o acesso e permanência de LGBT nos serviços do SUS, requer-se a real necessidade de melhorias nos processos de trabalho e mudanças nas práticas do cuidado em saúde, que precisam ser voltadas para um atendimento ético e isento de discriminações LGBT. Assim, é imprescindível a execução dos princípios constitutivos do SUS de universalidade, integralidade e equidade, expressos em políticas públicas que de fato promovam o enfrentamento da homofobia e da heteronormatividade nos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: lgbtqia+, assistência em saúde, políticas públicas